

## Análise espacial dos conflitos da pesca artesanal no litoral do Oiapoque, Amapá, Brasil

Sirley Luzia de Figueiredo Silva<sup>1\*</sup>, Luis Mauricio Abdon da Silva<sup>2</sup>, Mauricio Camargo Zorro<sup>3</sup>, José Maria Luz do Rosário<sup>4</sup>

1. Bióloga e Mestre em Ciência Animal (Universidade Federal do Pará). Analista de Ciência e Tecnologia do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, Brasil.

2. Biólogo (Universidade Federal do Pará). Doutor em Biodiversidade Tropical (Universidade Federal do Amapá). Pesquisador do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, Brasil.

3. Biólogo (Universidad Nacional de Colombia). Doutor em Zoologia (Museu Paraense Emílio Goeldi). Professor do Instituto Federal da Paraíba, Brasil.

4. Geógrafo (Universidade Federal do Amapá, Brasil).

\*Autor para correspondência: [sirleyfig@gmail.com](mailto:sirleyfig@gmail.com)

**RESUMO.** Este estudo localiza os pesqueiros e define as áreas de uso da pesca artesanal, que atuam no litoral do Oiapoque e do Parque Nacional do Cabo Orange, e apresenta o cenário atual dos conflitos ocasionados pelo uso destas áreas por diversos grupos de pescadores que exploram estes ambientes. O levantamento de informações ocorreu através de entrevistas semiestruturadas e não estruturadas à grupos focais, compostos por pescadores e gestores de unidades de conservação, assim como através de mapas participativos, e por georeferenciamento dos pesqueiros (no estuário do rio Oiapoque e litoral do Parque Nacional do Cabo Orange). Foram registrados quinze pesqueiros distribuídos em duas “zonas de pesca” e foram identificados três níveis de conflitos que envolveram os pescadores do município do Oiapoque.

**Palavras-chaves:** conflitos e áreas de uso na pesca, litoral do Parque Nacional do Cabo Orange.

### Spatial analysis and conflicts in artisanal fisheries in the litoral of Oiapoque, Amapa, Brazil.

**ABSTRACT.** This study located the fisherie areas and areas areas explored by artisanal fisheries of the litoral of Oiapoque and coast of Cabo Orange National Park and discuss the current status of the conflicts generated by the use of overlap areas by different fleets in these environments. The data collection was by semi-structured and unstructured interviews to focal groups, of fishermen and managers of protected areas, by participatory maps, and by georeferencing of fishery places (in the estuary of the Oiapoque river and coast of Cabo Orange National Park). Fifteen fishery areas were recorded in two zones and were identified three types of conflict involving fishermen of the Oiapoque Municipality.

**Keyword:** fishing areas conflict; litoral of the National National Park of Cabo Orange.

### 1. Introdução

A região compreendida pela foz do rio Oiapoque e costa Atlântica do Estado do Amapá apresenta um dos cenários mais dramáticos, no que se diz as disputas territoriais pela pesca (SILVA et al., 2012). Estes conflitos ocorrem devido à sobreposição do uso das águas estuarinas do rio Oiapoque e litorâneas do Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) por diferentes frotas, tais como, pescadores artesanais do Oiapoque, pescadores artesanais guianenses, pescadores da pesca industrial, pescadores artesanais de outros municípios do Amapá e, eventualmente, índios (SILVA; SILVA, 2006; SILVA et al., 2008; SILVA; DIAS, 2010; DE CASTRO DIAS et al., 2013; CAÑETE et al., 2014).

Um fator agravante dos conflitos entre os grupos de pescadores é a territorialidade institucional imposta pelo Estado, isto ocorre quando, durante o processo de criação de uma Área Protegida (AP), excluem-se a participação das comunidades locais, e em alguns casos, destinando grandes áreas para proteção integral, impossibilitando a realização da pesca em pesqueiros tradicionais (SILVA et al., 2012; CAÑETE et al., 2015).

Entretanto, a regulamentação do uso das águas, legalmente protegidas, por comunidades tradicionais, como os acordos de pesca em Unidades de Conservação (UC), tem se mostrado eficientes na mitigação de conflitos, (ALMEIDA, 2006; PINHA et al., 2015; SILVA; CARDOSO, 2015). No estado do Amapá, os acordos firmados na Reserva Biológica do Lago Piratuba e no Parque Nacional do Cabo Orange tem reduzido conflitos entre gestores e pescadores artesanais (PINHA, et al., 2015).

O Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO), criado em 15 de agosto de 1980 pelo Decreto Federal nº 84.913, tem sua gestão de responsabilidade do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICMBio). Segundo Cañete et al. (2014), desde sua criação, conflitos socioambientais, continuamente tomaram grandes proporções, em razão da restrição às atividades tradicionais desenvolvidas pelas comunidades locais, incluindo a pesca artesanal realizadas em sua extensão marinha.

Um acordo de pesca, formalizado por meio de um Termo de Compromisso (TC), desde 2007 e renovado em 2012, firmado entre a Colônia de Pescadores Z-03 de Oiapoque e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por intermédio do Ministério Público Federal (MPF), possibilitou e regulamentou o uso das áreas de pesca tradicionais situadas nas águas costeiras do PNCO.

Neste acordo de pesca, se destaca o papel da colônia de pescadores Z-03, no controle e monitoramento da frota pesqueira artesanal do município, que atua nas águas permitidas do PNCO. A colônia Z-03 promove a regularização do pescador, condição exigida no termo de compromisso, para emissão das autorizações para as pescarias no parque. Este acordo de pesca minimiza apenas um dos conflitos encontrados na região estuarina do Oiapoque, pois envolve apenas dois usuários (pescadores artesanais do município do Oiapoque, cadastrados na colônia Z-03, e analistas do ICMBio). Entretanto, vários grupos de pescadores disputam o espaço, principalmente no estuário do rio Oiapoque, demonstrando a necessidade de levantamento das áreas de uso e dos usuários que

atuam no rio e na região costeira (SILVA; SILVA, 2006; SILVA et al., 2008; SILVA; DIAS, 2010; DE CASTRO DIAS et al., 2013; CAÑETE et al., 2014).

Uma das ferramentas para identificação e preposição de ordenamento da pesca é o mapeamento dos pesqueiros utilizados pelos vários grupos. A identificação e espacialização dos pesqueiros quando realizado através da percepção local, possibilita a produção de forma participativa de etnomapas, que são importantes instrumentos na aplicação de políticas públicas, de fiscalização e da proteção do território (CORRÊA, 2001; BEGOSSI, 2004; MOURA; MARQUES, 2007; MACHADO; GOMES, 2014).

Este estudo buscou mapear as áreas de pesca dos pescadores artesanais do município do Oiapoque e, georeferenciar os pesqueiros tradicionais, assim como discutir o cenário atual de conflitos gerados pela sobreposição de áreas de uso da atividade pesqueira com outros grupos atuantes na região.

## 2. Material e métodos

O estuário do rio Oiapoque junto com as águas protegidas do Parque Nacional do Cabo Orange, município do Oiapoque, cuja sede está localizada no extremo norte do estado do Amapá dista de Macapá por cerca de 590 km e tem seu acesso pela rodovia federal BR 156. Segundo IBGE (2010) o município do Oiapoque apresenta uma área de 22,625 km<sup>2</sup> e uma população de 20.509 habitantes. O rio Oiapoque nasce nas Montanhas do Tumucumaque e deságua no Oceano Atlântico, percorrendo cerca de 350 quilômetros e delimita a fronteira entre o Brasil (Estado do Amapá) e a Guiana Francesa (BATISTA et al., 2007) (Figura 1).

Aplicou-se a metodologia de abordagem quali-quantitativa, adaptada de Moura e Marques (2007) e Machado e Gomes (2014). No início das reuniões com os grupos focais foram apresentadas oralmente, de maneira clara e simples, as informações sobre a pesquisa, o caráter voluntário na participação dos pescadores e gestores e, a não obrigatoriedade de responder as perguntas. Também foram garantidos que ao tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos, não haveria qualquer identificação dos participantes. E após todos manifestarem concordância nos termos apresentados, deu-se início a metodologia.

A metodologia consistiu em reuniões e aplicação de entrevistas semiestruturadas e não estruturadas e a realização de mapeamento participativo (mapas falado).

O mapeamento participativo trata-se de um método onde se apresentou o mapa regional (contornos de uma carta topográfica), para que os pescadores artesanais identifiquem os locais onde tradicionalmente pescam. Outras informações complementares também foram obtidas: os tipos de pescado capturados em cada local, outros grupos de pescadores e/ou usuários que utilizaram a mesma área para a pescaria, e ainda os melhores locais de pesca e as dificuldades encontradas.

As reuniões dos grupos focais contaram com

participação de 39 pescadores experientes do município do Oiapoque e três (03) agentes de órgãos públicos que desenvolviam atividade relacionada à pesca e à conservação dos ambientes da região.

Na segunda etapa da metodologia, realizou-se o deslocamento para locais de pesca, por meio de embarcação de pesca, cedido pela colônia de pescadores Z-03, juntamente com um grupo de pescadores experientes. Os pescadores localizaram e identificaram os pesqueiros da pesca do Oiapoque.

Por sua vez, os pesqueiros foram registrados usando o *global position system* (GPS), e registrou-se em fotografias. Na divisão de Geoprocessamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá com o uso dos programas Arcview GIS e *shaps*, foi produzido um mapa com a identificação das áreas de pesca e dos pesqueiros onde opera a frota artesanal do Oiapoque.

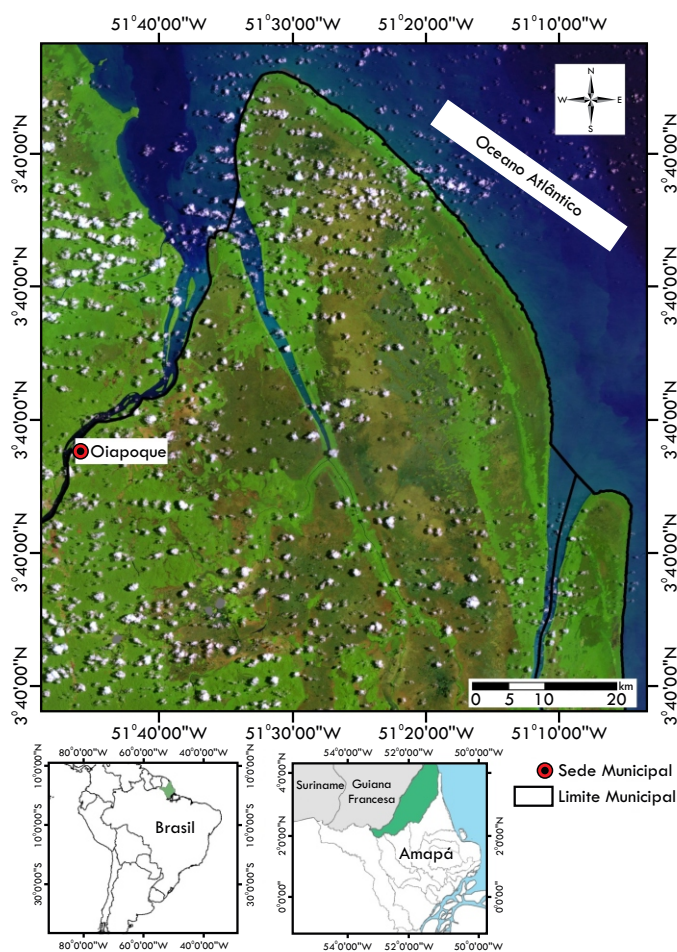


Figura 1. Mapa de localização do Município do Oiapoque, Amapá. Fonte: SEMA-AP. / Figure 1. Location map of the city of Oiapoque, Amapá. Font: SEMA-AP.

## 3. Resultados

### Zoneamento da frota artesanal do Oiapoque

Foram identificados dois ambientes de pesca, denominados neste estudo de “zonas de pesca” (Figuras 2 e Quadro 1):

a) *Zona de Pesca Costa*, abrangendo apenas as águas marinhas brasileiras, a altura da foz do rio Oiapoque até a foz do rio Cassiporé. Incluem-se nesta zona as águas litorâneas do PNCO e sua área marinha circundante.

Nas águas litorâneas do PNCO foram identificados cinco pesqueiros, onde ocorrem as pescarias permitidas, pelo acordo de pesca, (ICMbio e colônia de pescadores Z-03). Entretanto o local de maior produção, segundo os pescadores, se localiza na foz do rio Cassiporé, que é considerado pelo ICMbio, como área de extrema proibição à pesca, encontrando-se, portanto, fora da área delimitada pelo acordo de pesca.

As pescarias realizadas nos pesqueiros litorâneos são

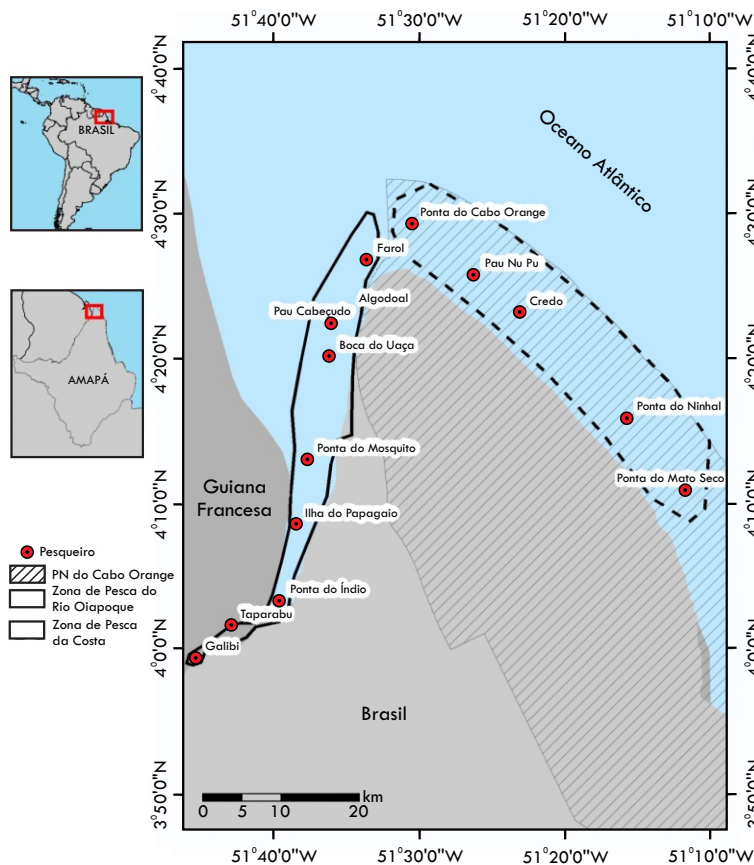
do tipo artesanal por embarcações com capacidade acima de 1 tonelada, como os Barcos de Pequeno Porte (BPP) e Canoa Motorizada (CAM). A corvina (*Cynoscion virescens*) é o alvo destas pescarias, que apresentam a seguinte fauna acompanhante: uritinga (*Sciades proops*), bagrão (*Notarius grandicassis*), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), sardas (*Pellona spp*), camorim (*Centropomus ensiferus*), curimã (*Mugil sp*) e bandeirado (*Bagre bagre*) (Tabela 1).

**Tabela 1.** Principais espécies capturas pela pesca artesanal por zona de pesca, segundo pescadores artesanais do Oiapoque. / **Table 1.** Main species caught by artisanal fishing by fishing zone, according to artisanal fishermen of Oiapoque.

Comum	Científico	Zona Rio Oiapoque	Zona Costa
Bagrão	<i>Notarius grandicassis</i>	X	X
Bandeirado	<i>Bagre bagre</i>		X
Uritinga	<i>Sciades proops</i>		X
Filhote	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	X	X
Curimã	<i>Mugil sp.</i>	X	X
Pescada Amarela	<i>Cynoscion acoupa</i>		X
Corvina	<i>Cynoscion virescens</i>		X
Curuca	<i>Micropogonias furnieri</i>		X
Camorim	<i>Centropomus ensiferus</i>		X
Sardas	<i>Pellona spp.</i>	X	
Pescada branca	<i>Plagioscion sp.</i>	X	

b) *Zona de Pesca Rio Oiapoque*, encontra-se localizada no mesmo rio, no trecho compreendido entre a aldeia dos índios Galibis até a ponta do Cabo Orange. São praticadas nesta zona tanto a pesca de subsistência

quanto a pesca artesanal. A pesca de subsistência é realizadas pelos moradores da vila de Taparabu, índios, principalmente Galibis, e por alguns moradores da sede no município.



**Figura 2.** Estuário do Rio Oiapoque, limite norte do Parque Nacional do Cabo Orange, limites das zonas de Pesca rio Oiapoque e Costa e pesqueiros utilizados pela frota de pesca artesanal do Município do Oiapoque-AP. / **Figure 2.** Estuary of Oiapoque River, northern boundary of Cabo Orange National Park, limits of fishery areas and river Oiapoque Coast and fishery area of use by the artisanal fleet of the Oiapoque-AP municipality.

A zona de pesca Rio Oiapoque foi dividida em duas subzonas de pesca, em razão de suas características ambientais:

1) Subzona baía do rio Oiapoque. Esta subzona tem seus limites na ponta do Cabo Orange (do lado brasileiro), ponta do Bèhague (lado guianense), confluência das águas do rio Oiapoque e rio Uaçá, (lado brasileiro) e, rio Ouanary, (domínio da Guiana Francesa). Abrange quatro importantes pesqueiros (Farol, Praia de Algodoal, Pau Cabeçudo, Boca

do Uaçá). As pescarias visam a pescada branca (*Plagioscion* spp.) principalmente realizada pelas embarcações do tipo Canoa Motorizada (CAM), Barco Motorizado (BOM) e Barco de Pequeno Porte (BPP).

2) Subzona rio Oiapoque; encontra-se mais acima da baía, a jusante ao rio Uaçá, onde foram registrados cinco pesqueiros, que são explorados pela pesca de subsistência, principalmente pelos índios e moradores da vila de Taparabu.

**Quadro 1.** Pesqueiros registrados em sua categoria de regulamentação e sua situação em relação ao PNCO. / **Chart 1.** List of fishery areas and class of regulation its situation related to PNCO.

Zona de pesca	Pesqueiro		Em relação ao PNCO
Costa	Foz do Rio Cassiporé		Proibida*
	Ponta do Mato Seco		Permitida**
	Ponta do Ninhal		Permitida
	Pau Nu Pu		Permitida
	Cedro		Permitida
	Ponta do Cabo Orange		Permitida
Rio Oiapoque	Baía	Farol	Permitida
		Pau Cabeçudo	Permitida
		Algodoal	Permitida
		Boca do Uaçá	Permitida
	Rio	Ponta do Mosquito	Livre acesso***
		Ilha do Papagaio	Livre acesso
		Ponta do índio	Livre acesso
		Taparabu	Livre acesso
		Galibi	Livre acesso

\*Área localizada nos limites do PNCO e proibido acesso conforme o Termo de Compromisso (Acordo de Pesca).

\*\*Área localizada nos limites do PNCO e permitido acesso, conforme as regras definidas no Termo de Compromisso (Acordo de Pesca).

\*\*\* Área localizada fora dos limites do PNCO de livre acesso aos pescadores.

Relação de conflito pela sobreposição de áreas de uso  
A partir da metodologia aplicada foi possível identificar

três níveis de conflito envolvendo os pescadores do município do Oiapoque (Quadro 2).

**Quadro 2.** Conflitos entre diferentes grupos pelo uso das zonas de pesca / **Chart 1.** Conflicts between different fisher groups by using the fishing zones.

Nível de Conflito	Grupos/atores envolvidos	Espaço de conflito
Local	- Pescadores artesanais colonizados na Z-03 - Pescadores artesanais NÃO cadastrados Z -03	Baía e Rio Oiapoque
	- Frota artesanal de pequena escala do Oiapoque - Frota artesanal de outros municípios do Estado	Baía do Oiapoque; Linha Costa; Águas litorâneas do PNCO
	- Índios Galibis/Galibis Marwmo - Pescador artesanal Oiapoque - Pescadores vila Taparabu	Rio Oiapoque; Rio Uaçá
	- Gestores ICMBio/PNCO - Pescadores artesanais NÃO cadastrados	Águas litorâneas do PNCO
Regional	- Frota artesanal local - Frota artesanal/industrial de outros estados	Baía do Oiapoque; Linha Costa
Internacional	- Pescador artesanal de pequena escala Oiapoque - Pescador artesanal Guianense	Rio Oiapoque; Baía do Oiapoque; Linha da costa
	- Pescador artesanal de pequena escala Oiapoque - Fiscalização da Guiana Francesa	Rio Oiapoque; Baía do Oiapoque; Linha da costa
	- Frota artesanal pequena e média escala Oiapoque - Frota Estrangeira	Linha da costa

#### 4. Discussão

A frota pesqueira artesanal do município do Oiapoque atua ao longo do rio Oiapoque, principalmente na região estuarina, e na área costeira do PNCO, em águas rasas, que vão desde a ponta do Cabo Orange até a jusante a foz do rio Cassiporé. Segundo Jimenez et al. (2013), as pescarias duram de 1 a 17 dias, com média de 9,6 dias, a tripulação é composta por 3 a 4 pessoas e o gasto com combustível varia de 30 a 800 litros por viagem.

Os pescadores artesanais do município do Oiapoque denominam como “pescadores”, locais de pesca tradicional, que são também utilizados como pontos referência para auxiliar na navegabilidade (p. ex., “Farol” ou “ilha papagaio”).

Encontram-se duas zonas de pesca identificadas neste estudo, contendo 15 pesqueiros tradicionais. É na zona de pesca rio Oiapoque que as pescarias visam principalmente a pescada branca (*Plagioscion spp.*) como espécie alvo, enquanto que na zona costa, a corvina (*Cynoscion virescens*), confirmando os achados por Silva et al., (2012). A pescaria na zona da costa realizadas pelos pescadores artesanais do município estudado, ocorre nas águas permitidas do PNCO, por meio de um sistema de rodízio controlado pela Colônia Z-03 e gestão do ICMBio. O rodízio permite pescarias nas águas do parque, durante no máximo 10 dias para cada embarcação autorizadas pelos PNCO, desde que não ultrapasse 20 embarcações da frota do município por vez (SILVA et al., 2012; CAÑETE et al., 2015).

Um ponto positivo do acordo de pesca do PNCO foi o aumento expressivo nos últimos anos da regularização dos pescadores junto a Colônia. Em 2008 eram apenas 168 cadastrados (SILVA, 2010), e em 2015 passou a 483 cadastrados (IBAMA, 2015). Esta procura foi impulsionada pela exigência definida no acordo à emissão de autorização, que restringe ao pescador que estiver devidamente regularizado junto a Colônia Z-03.

A frota artesanal do município do Oiapoque não é a única que atua nestas zonas, outras exploram estas águas. Esta sobreposição de uso pela atividade pesqueira vem gerando três níveis de conflitos (quanto a sua amplitude territorial ou institucional) observados neste estudo (local, regional e internacional).

O rio Oiapoque, nasce nas serras do Tumucumaque e deságua no oceano atlântico, percorre cerca de 130 km, e delimita as fronteiras entre Brasil (Estado do Amapá) e da Guiana Francesa (SILVEIRA, 1972). Portanto trata-se de águas transfronteiriças, onde seus recursos pesqueiros são susceptíveis de apropriação, independente da nacionalidade de quem pratica a pesca, ou como Diegues (1983) descreve, pode ser considerada “coisa sem dono”. Os recursos pesqueiros explorados nesta zona de pesca são disputados entre pescadores guianenses e brasileiros, conduzindo ao processo conhecido como tragédia dos comuns de Hardin (1968).

Outros grupos, tradicionalmente fazem uso dos pesqueiros encontrados no rio Oiapoque, entre estes,

várias populações indígenas, e não indígenas (ribeirinhos), como também, pescadores artesanais da sede do município do Oiapoque. Todos, tendo a pesca como principal ou uma das principais fontes de subsistência e renda.

No trecho compreendido entre os cursos baixos dos rios Oiapoque e Cassiporé, figuram quatro etnias (galibis-morounos, os caripunas, os peculiares, e um pequeno grupo oriundo da Guiana Francesa), que exploram pesqueiros localizados no rio Oiapoque, principalmente os pesqueiros conhecidos como “Galibi”, “Tabarabu” e “ponta do índio”. Destas etnias, três delas encontra-se em diferentes cursos de rios que formam a bacia do Uaçá (VIDAL, 2001; MELATTI, 1997).

O trecho de grande disputa entre os pescadores artesanais do Município do Oiapoque, índios Galibis e os pescadores da pesca de subsistência de Taparabu, encontra-se no rio Oiapoque até a subzona “Baia”. Outra área de destaque está localizada no rio Uaçá. Este rio apresenta restrição a atividade pesqueira, seja de subsistência ou artesanal para pescadores não índios, imposta pelos próprios índios.

Diante da imposição definida pelos índios, os pescadores artesanais do município do Oiapoque, evitam realizar pescarias no rio Uaçá, embora não é raro registros de incidentes entre índios e pescadores invasores.

A ausência dos pescadores ribeirinhos no rio Uaçá, se dá muito mais pelo temor de conflito direto com índios galibis-morounos, peculiares e caripunas, do que pelo reconhecimento de direito de uso exclusivo do rio Uaçá pelos índios. Isto ocorre, em razão que os índios Galibis realizam suas pescarias tanto no rio Oiapoque, como no rio Uaçá, o que para os pescadores ribeirinhos, daria o direito dos mesmos realizarem pescarias no rio Uaçá.

Não é de hoje que se registra que, os pescadores artesanais de pequena escala do município do Oiapoque, concorrem com pescadores artesanais de média e grande escala de outros municípios e estados da federação nos pesqueiros localizados na zona da costa do Amapá (ISAAC et al., 1997; SILVA et al., 2008; SILVA; DIAS 2010, DE CASTRO DIAS et al., 2014).

Os pescadores artesanais do município do Oiapoque se sentem prejudicados com a invasão de barcos estrangeiros de grande porte que vêm de outros estados da federação, que invadem águas litorâneas do PNCO, causando danos.

Contudo, existem outros aspectos que contribuem para o cenário de conflito identificado no litoral. A presença de uma unidade de conservação (PNCO) desde o ano 1980, quando a pesca ficou proibida ao longo de doze milhas, colocando em risco a prática da pesca artesanal profissional dos pescadores do Oiapoque, dada a limitação de navegabilidade de suas embarcações visto que não tinham autonomia para pescar mar a fora (CAÑETE et al., 2014). Para furtado (2004, pp.58), “os conflitos de pesca começam pela apropriação e uso diferenciados dos territórios aquáticos os quais colocam em choque, de uma forma geral, o uso para

a obtenção da subsistência e o uso comercial”. Este cenário tem sido minimizado pelo termo de compromisso entre os pescadores artesanais do município do Oiapoque.

Três situações aparecem recorrentes nas narrativas dos pescadores artesanais do município do Oiapoque e agentes fiscalizadores do PNCO: a) as invasões nas águas proibidas do parque, ocorrendo principalmente na foz do rio Cassiporé, local definido como de total proibição à pesca; b) a ocorrência de pesca nas águas litorâneas do PNCO por pescadores do município do Oiapoque não cadastrados na Colônia de pescadores Z-03; e, c) a forma de abordagem dos agentes fiscalizadores do PNCO (analistas do ICMBio e IBAMA) consideradas excessivamente rígida pelos pescadores do município do Oiapoque.

Durante as fiscalizações na área do parque, os infratores têm os apetrechos e produção apreendidos, além de receber multas. Atualmente, no IBAMA, são previstas cinco operações anuais de pesca, via de regra, voltadas para a costa do Amapá. Todavia, nem sempre são executadas em virtude do contingenciamento de recursos orçamentários (DE CASTRO DIAS et al., 2014).

É lógico, que as situações de conflitos entre os agentes de fiscalização do parque e pescadores do município do Oiapoque, demonstram que há urgência na reavaliação da forma de abordagem e procedimentos, com risco, se não forem corrigidos, de prejuízos ao termo de compromisso. Conforme Pinha et al. (2015) “é necessário ter uma equipe de servidores com perfil adequado e um quantitativo suficiente para conduzir e monitorar instrumentos de gestão dessa natureza”.

Apesar da fiscalização, pode se dizer que o termo de compromisso (acordo de pesca) firmado entre ICMBio e colônia de pescadores Oiapoque (CPO) Z-03, tem se mostrado eficiente na redução dos conflitos, pois segundo os próprios pescadores entrevistados, este instrumento poderia ser replicado entre outros grupos, que sobrepõem o uso do rio Oiapoque. Begossi (2004) recomenda este instrumento, quando afirma que os conflitos sobre limites de área de uso e de territorialidade entre os pescadores podem ser solucionados com acordos entre os participantes, e podem ocorrer até mesmo de forma informal. Pinha et al. (2015) confirma a importância destes termos de compromissos, quando afirma que “devem ser encarados com uma visão de processo, e com a previsão de ajustes periódicos a fim de atingir uma situação ideal ao longo do tempo”.

Contudo, são necessárias mais investigações sobre as dimensões espaciais dos usuários tradicionais do rio Oiapoque e Costa, para subsidiar não apenas discussões sobre acordos de pescas, mas também outras maneiras de redução dos conflitos como o zoneamento do rio Oiapoque, e a criação de uma Reserva Extrativista Marinha no Amapá (SILVA et al., 2012), e identifica os conflitos gerados pela disputa de uso dos pesqueiros por outros grupos.

## 5. Conclusão

O estuário do rio Oiapoque, principalmente no trecho

compreendido entre a comunidade de Taparabu e sua foz e, ainda, as águas rasas próximas a linha de costa, seguindo até as proximidades a jusante da foz do rio Cassiporé, encontram-se os mais tradicionais pesqueiros explorados pelos pescadores artesanais do município do Oiapoque.

Entretanto, outros grupos utilizam as zonas pela atividade pesqueira artesanal comercial ou de subsistência. A sobreposição de uso tem gerado disputa pelos pesqueiros, configurando-se conflitos em diferentes níveis, desde local a internacional. Portanto, é importante que os organismos públicos busquem meios para reconhecer o uso por estes grupos e sua delimitação, de forma a reduzir os conflitos e normatizar o uso do rio Oiapoque e da costa do PNCO.

## 6. Agradecimentos

Os autores agradecem a colônia de pescadores do Oiapoque Z-3, pelo apoio logístico, em particular o senhor Júlio Garcia, e a equipe de gestores do Parque Nacional do Cabo Orange. Este artigo faz parte do levantamento de dados para dissertação de mestrado em Ciência Animal-Aquicultura e Pesca/UFGA da primeira autora.

## 7. Referências bibliográficas

- ALMEIDA, B.G.D. Os Acordos de Pesca na Amazônia: Uma Perspectiva Diferenciada de Gestão das Águas 2006. In: XV ENCONTRO PREPARATÓRIO DO CONPEDI/UNICAP. 2006. Anais. Recife. Disponível em: <[http://www.conpedi.org.br/manuel/arquivos/anais/recife/direito\\_ambiental\\_bruna\\_almeida.pdf](http://www.conpedi.org.br/manuel/arquivos/anais/recife/direito_ambiental_bruna_almeida.pdf)>. Acesso em: 7 maio 2014.
- BATISTA, E. M.; SOUZA FILHO, P. W. M.; SILVEIRA, O. F. M. Monitoramento da linha de costa do Parque Nacional do Cabo Orange através da análise multi-temporal de imagens de sensores remotos. In: XIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO. Florianópolis, Brasil, 2007. Anais...Florianópolis, p. 21-26.
- BEGOSSI, A. **Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal**. Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia. São Paulo: Hucitec, p. 223-255, 2004.
- CAÑETE, U. M. R.; MAGALHAES, S. M. S. B.; RAVENA-CANETE, V. Pescadores artesanais, recursos comuns e conflito: cenários de pesca em uma área de Unidade de conservação Parque Nacional do Cabo Orange, Oiapoque/Amapá. In: XXIX REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2014, Natal. Antropologia das Populações Costeiras: Práticas Sociais e Conflito, 2014.
- CAÑETE, U. M.; RAVENA-CANETE, V.; MAGALHÃES, S. M. S. B. Pesca artesanal e manejo: conflito socioambiental em uma área de unidade de conservação do Parque Nacional do Cabo Orange, Oiapoque, Amapá. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 3, p. 179-198, 2015.
- IBGE. Censo 2010. Disponível na internet em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_da\\_populacao/resultados\\_do\\_universo.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf)>. Acesso em: out. 2015.
- CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 4ª Edição. Editora Ática. São Paulo, 1991.
- DE CASTRO DIAS, G. A.; BARBOZA, R. S. L.; JÚNIOR, M. B. F. D.; BRITO, D. M. C.; DE CASTRO DIAS, T. C. A. Diagnóstico da pesca ilegal no Estado do Amapá, Brasil. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 5, p. 43-58, 2014.
- DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, Camponeses e Trabalhos do Mar**. 1. ed. São Paulo: Ática S.A. 1983. v. 1. 287 p.
- FURTADO, L. G. Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil Ed. Relume-Dumará: Rio de Janeiro**: Fundação Heinrich Böll. 2004.

- ISAAC, V. J.; ARAÚJO, A. R.; SANTANA, J. V. **A pesca no estado do Amapá: alternativas para o seu desenvolvimento sustentável Amapá.** BID-GEA-SEMA, 1997.132p.
- IBAMA. Estudo Ambiental de Caráter Regional da Bacia da Foz do Amazonas. 2015. Disponível na internet em: <[http://licenciamento.ibama.gov.br/Petroleo/Estudo\\_Ambiental\\_de\\_Carater\\_Regional\\_Bacia\\_Foz\\_do\\_Amazonas\\_BP\\_QG\\_Total/Il.6\\_Diagnostico%20Ambiental/Il.6.A\\_Planos%20e%20Programas%20Governamentais/Il.6.A\\_Planos%20e%20programas.pdf](http://licenciamento.ibama.gov.br/Petroleo/Estudo_Ambiental_de_Carater_Regional_Bacia_Foz_do_Amazonas_BP_QG_Total/Il.6_Diagnostico%20Ambiental/Il.6.A_Planos%20e%20Programas%20Governamentais/Il.6.A_Planos%20e%20programas.pdf)> Acesso em dez de 2015.
- JIMENEZ, E. A.; JIMENEZ, L. A.; GARCIA, J. S.; BARBOZA, R. S. L.; AMARAL, M. T. Caracterização da atividade pesqueira em Oiapoque (AP), extremo norte do Brasil. In: XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA. 2013. Paulo Afonso. Anais. Paulo Afonso. Bahia. p. 904-908.
- MACHADO, C. B. G.; GOMES, M. de F. V. B. A territorialidade e os conflitos da pesca artesanal na colônia z4-barra velha/sc. **Boletim de Geografia**, v. 32, n. 3, p. 170-187, 2015.
- MOURA, F.B. P.; MARQUES, J.G. W. Conhecimento de pescadores tradicionais sobre a dinâmica espaço-temporal de recursos naturais na Chapada Diamantina, Bahia. **Biota Neotropica**. v. 7, n. 3, p. 119-126, 2007.
- MELATTI, J. C. **Litoral Guianese. Índios da América do Sul: áreas etnográficas.** Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1997.
- PINHA, P. R. S.; LA NOCE, E. M.; CROSSA, M.; AMORAS. A.S. Acordos de conservação da Reserva Biológica do Lago Piratuba. **Biodiversidade Brasileira**, n. 1, p. 32-58, 2015.
- SILVA, L. M. A.; DIAS, M. T. A pesca artesanal no estado do Amapá: estado atual e desafios. **Boletim Técnico Científico do Cepnor**, v. 10, n. 1, p. 43-53, 2010.
- SILVA, S. L. F. **Diagnóstico da pesca no litoral do Parque Nacional do Cabo Orange e sua área circundante, município de Oiapoque estado do Amapá.** 2010. 69 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal- Pesca e Aquicultura). Universidade Federal do Pará. 2010.
- SILVA, S. L.F.; CAMARGO M.; ESTUPIÑÁN R. A. 2012. Fishery management in a conservation area. The case of the Oiapoque River in northern Brazil. **Cybium**, v. 36, n. 1, p. 17-30, 2012.
- SILVA, L. M. A.; SILVA, S. L. F. **Diagnóstico visando a elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Cabo Orange: área Ictiologia.** Relatório Técnico. IEPA/IESA/WWF/IBAMA. 2006
- SILVA, L. M. SILVA, S. L. F.; DIAS, F. S.; VIEIRA, I. M. Pescadores da vila do Sucuriju, Estado do Amapá: Características das relações entre pescadores e recursos pesqueiros. **Uakari**, v. 3, n. 2, p. 57-62, 2008.
- SILVA, C. N.; CARDOSO, E. S. Fishermen and territorial trends in the Brazilian fisheries policies. **International Journal of Geosciences**, v. 6, n. 04, p. 339, 2015.
- SILVEIRA, J. D. Morfologia do litoral. In: Azevedo, A. (Org.). Brasil, a terra, e o homem. Ed. S.Paulo. Companhia Editora Nacional, 1972. 253p.
- VIDAL, L. B. Mito, história e cosmologia: as diferentes versões da guerra dos Palikur contra os Galibi entre os povos indígenas da Bacia do Uaçá, Oiapoque, Amapá. **Revista de Antropologia**, v. 44, n. 1, p. 117-147, 2001.